

D. DINIS E A CRIAÇÃO DA ORDEM DE CRISTO. UM IMAGINE PESSOAL DO MACRO ACONTECIMENTO

Abílio Lousada

D. Dinis, Rei Administrador, precavendo a soberania portuguesa, nacionalizou os corpos profissionalizados das ordens militares de Cristo, de Avis e de Santiago, as duas últimas a gravitar muito na órbita organizacional de Castela. Destaque para a medida de génio que levou à criação da Ordem de Cristo, a 14 de março de 1319, por Bula Papal João XXII, feita a partir do património, os conhecimentos e os cavaleiros da extinta Ordem dos Templários.

Eis o ‘momento em que se decidiu’, em reunião de alto nível na corte de D. Dinis, a criação da Ordem de Cristo. Tal como ‘percebi, me pareceu e anotei’!

Foi numa manhã primaveril de 1318. Lourenço Martins, ex-Mestre da Ordem do Templo, entrou nos aposentos do castelo de São Jorge onde o aguardava El-Rei D. Dinis. Cumprimentou respeitosamente o monarca e saudou Gil Martins, Mestre da Ordem de Avis, e Lourenço Anes, Mestre da Ordem de Santiago, que também foram convocados. A situação a debater era sensível.

- «*Meus senhores*», começou por referir D. Dinis, «*como sabem, a Ordem do Templo foi extinta há uma meia dúzia de anos, os freires expulsos, queimados ou desterrados e os seus bens nas diversas comendas europeias permanecem sob cobiça. Há indicações papais para reverterem para os Hospitalários*».

- «*Malditos capas negras*», rangeu o ex-Mestre do Templo, referindo-se aos hospitalários. «*Por fim, não só levaram a melhor como nos surripiam. Com metade do suor e do sangue derramados, mas muito punhos de renda*».

- «*Melhor dirias, malditos Filipe e Clemente*» - emendou o Mestre de Avis, referindo-se ao rei de França e ao Papa, que ditaram a sentença de morte da poderosa Ordem Templária, entre 1307-1312.

D. Dinis cortou a palavra:

- «*Filipe estará no inferno a expiar os pecados e Clemente V provavelmente às portas do purgatório a dar as explicações devidas*». Fez uma pausa e cofiou a barba. «*Mas nós estamos em terra e impõe-se decisões a bem do Reino e da Cristandade*».

- «*V. Majestade*», enfatizou um desalentado Lourenço Martins, «*que faremos com as comendas do Templo, os conhecimentos náuticos e a capacidade combativa*

dos cavaleiros espalhados pelo Reino, que anseiam desembainhar a espada por uma justa causa?».

- *«Não podemos ir contra a Bula Papal»; lembrou o Mestre de Santiago, «mas também não devemos entregar os bens a uma ordem internacional como a do Hospital. Seria expor o reino à cobiça interna e ao perigo lá fora».*

- *«Concordo», anuiu o Mestre de Avis. «Afinal V. Majestade desligou a Ordem Avis da de Calatrava e nacionalizou Santiago. Mas que fazer com a do Templo, que foi deitado borda fora?».*

Todos se voltaram para D. Dinis, que permanecia com aquele ar de trovador sereno e de administrador esclarecido. O Rei tomou a palavra:

- *«Vamos fazer como Afonso IV de Aragão, que convenceu Sua Santidade a reverter o património do Templo para uma nova ordem de cavalaria, que inventou e a que chamou a Ordem de Montesa».*

Todos olharam expectantes para El-Rei. Depois, este voltou-se, surpreendentemente, para o Mestre de Avis e perguntou-lhe:

- *«D. Gil, se fosseis vós a escolher uma nova ordem que administraríeis, que nome decidiríeis?».*

O assombro começava a reinar na sala. Fez-se silêncio enquanto um baralhado Gil Martins pensava a toda a velocidade. *«Ordem de Jesus Cristo»*, disse por fim.

- *«Parece-me bem»* disse o Rei.

Mas impôs-se uma nova e ansiosa questão nas mentes dos mestres:

«E Sua Santidade ... vai aceitar? Ao contrário de Aragão ou Castela, na nossa Terra Portucalense a reconquista foi terminada no tempo do vosso saudoso pai El-Rei D. Afonso III, há já algum tempo. Qual o argumento?».

D. Dinis sorriu:

- *«O plano não só já foi aceite, como aplaudido. Convenci João XXII que as injúrias e as arremetidas mal medidas dos sarracenos não garantiam estabilidade no Reino, sendo necessário pôr os califados de Sevilha e Córdoba em ordem. Além dos problemas com os berberes no Mediterrâneo, que inquietam a navegação e o comércio. A bem da Cristandade. O que não deixa de ser verdade».* E rematou:

- *«Nas minhas viagens europeias enquanto príncipe conheci Jacques d'Euse em Avinhão, estabelecendo nesse tempo uma amizade interessante com o futuro Santo Padre. Um homem temente a Deus, douto e de fino trato diplomático. Esta história da extinção dos Templários serviu também para rever velhas amizades. Além de ele*

nunca ter concordado com a bula de extinção. Este Papa procura reorganizar uma Igreja desagregada com Clemente V e expandi-la para o mundo conhecido e ...», fez uma pausa «... desconhecido».

E foi então que El-Rei disparou para surpresa dos presentes:

- «D. Gil Martins, doravante e partir do momento em que tivermos Bula papal, sereis o mestre da Ordem de Cristo; chamemos-lhe assim para aligeirar o linguajar».

Com os olhos esbugalhados e a boca aberta, gaguejou o ex-Mestre do Templo:

- «Dessa forma, a Ordem de Avis passa a vacatura, Alteza»!

D. Dinis olhou-o nos olhos e soprou:

- «De facto, mas só até ao momento em que falaste! D. Lourenço Martins, estais nomeado Mestre da Ordem de Avis, com indicações para cooperação estreita, doravante, com a Ordem de Santiago do nosso D. Lourenço Anes. Juntas farão obras e milagres».

A surpresa reinava e a admiração imperava. Em uníssonos os três mestres iam dizer *«quer isto dizer que ...»*; D. Dinis completou: *«... quer isto dizer que a Ordem da Milícia de Jesus Cristo é uma criação nova, com gente nova, o património do Templo e o Mestre de Avis; que a gente do Templo é readmitida em Avis, que terá um templário por Mestre; e que Santiago é o fiel zelador destas determinações, até à sustentabilidade do processo».*

- «Mais um pormenor», acrescentou o Monarca voltando-se para o ex-Mestre da Ordem de Avis e novo Mestre da Ordem de Cristo: «temporariamente, para os nossos amigos francos não blasfemarem, a sede da nova ordem será no castelo de Castro Marim, no Reino dos Algarves. Tomar fica para outras núpcias». Depois acrescentou: «trate da cruz da nova ordem; Sua Santidade pretende-a purificada e, portanto, decalque-a da do Templo e sobreponha-lhe a cruz latina branca».

Sem saber muito bem o que dizer, Lourenço Martins atira, de forma mal-ajeitada:

- «Permita-me V. Majestade, mas o vosso argumento releva um baralhar e dar de novo».

- «Um baralhar de novo, cartas com nova roupagem e trunfos na manga». E D. Dinis profetizou aos presentes: «enquanto houver Portugal e um trono legitimado não há ingerências, venham de Castela, Paris, Roma, da Flandres ou do quinto dos infernos. Alias, é bem possível que esta reunião seja o ponto de partida de edificação do 5.º Império. O Mar Português que espera nós!»

E foi assim que, pela Bula “Ad ea ex Quibus Cultus Augeatur Divinus”, passada em Avinhão pelo Papa João XXII, a 14 de Março de 1319, foi criada a Ordem da Milícia de Jesus Cristo (Ordem de Cristo), denominando-se os seus membros por Cavaleiros de Cristo.

Da Terra para o Mar, ou a génese da Portugalidade, assim podemos resumir a visão estratégica de um monarca que, em tempo de paz, soube conjugar o bem-estar da Nação, a segurança do Estado e o prestígio da coroa. Uma estratégia assente na organização centralizada e no desempenho especializado das instituições militares, que permitiram o estabelecimento de linhas de força entre a necessidade de equilíbrio real e as forças de pressão exercidas na fronteira terrestre, com as que se exercem na fronteira marítima, de extensão sensivelmente igual, depois da posse definitiva do Algarve. O eixo de intervenção portuguesa ir-se-á deslocando até se tornar um país em que a sua política atlântica é mais importante que a sua posição ibérica, só definida em termos de fronteira terrestre.